

**RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA  
INTERNA – RAINT  
EXERCÍCIO/2014**

# **RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA – RAINT 2014**

Elaborado pela Auditoria Interna da Empresa Gerencial de Projetos Navais – EMGEPRON, em cumprimento as Instruções Normativas N°. 01 de 03 de janeiro de 2007 e N°. 07 de 29 de dezembro de 2006, da Controladoria Geral da União (CGU).

## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	4
2.	DESCRIÇÃO DAS AÇÕES REALIZADAS.	
2.1	Consolidação da Auditoria Interna na cultura da empresa.....	4
2.2	Ações de Auditoria .....	4
3.	IMPLEMENTAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES	
3.1	Determinações e Recomendações do Controle Externo.....	15
3.2	Recomendações dos Órgãos de Controle Interno.....	21
3.3	Decisões e Recomendações dos Conselhos de Administração e Fiscal.....	21
3.4	Auditoria Independente	21
3.5	Demandas recebidas .....	21
4.	RELATO SOBRE A GESTÃO DE ÁREAS ESSENCIAIS .....	21
5.	FATOS RELEVANTES DE NATUREZA ADMINISTRATIVA OU ORGANIZACIONAL	
5.1	Gestão Estratégica.....	22
5.2	Riscos.....	22
5.3	Compliance.....	23
6.	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E DE CAPACITAÇÃO.....	23

## **1 – INTRODUÇÃO**

A Auditoria Interna da EMGEPRON, em conformidade com os procedimentos contidos nas Instruções Normativas Nº. 07/2006 e 01/2007, da Controladoria-Geral da União (CGU), que estabelecem o conteúdo e as normas de elaboração e acompanhamento da execução do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIN, apresenta o presente Relatório de Atividades referente ao exercício de 2014, onde constam os resultados dos trabalhos de auditoria executados nos diversos Setores e Áreas de Gestão da Empresa.

As atividades desenvolvidas foram norteadas pelo Plano Anual de Atividades de Auditoria de 2014 (PAINT 2014).

## **2 – DESCRIÇÃO DAS AÇÕES REALIZADAS**

### **2.1 – Consolidação da Auditoria Interna na cultura da empresa**

A Auditoria Interna da EMGEPRON, foi criada em FEV/2012, quando foi indicado pela Diretoria e aprovado pelo Conselho de Administração (RCA/004-2012), um empregado para o cargo de Auditor Interno. A partir desta data, iniciou-se o trabalho de implantação do setor e da sua consequente inserção na “cultura” da empresa.

O ano de 2013, foi muito importante para o fortalecimento do setor, pois em consonância com o Regulamento do Controle Interno da EMGEPRON (RED nº 27), que orientou as atividades, e em cumprimento ao PAINT 2013, aprovado pelo Conselho de Administração, foram planejadas e executadas as primeiras ações de auditoria e prestadas assessorias específicas.

Na avaliação da Auditoria, o exercício de 2014, foi importante para que o setor aperfeiçoasse a sua atuação, agindo de forma mais organizada e objetiva, buscando melhorias na qualidade dos seus trabalhos, no oferecimento de juízos de valor e nos reportes efetuados a Alta Administração e aos gestores.

Essas melhorias qualitativas foram resultantes do amadurecimento do Setor, que buscou a cada trabalho, agregar valor aos processos examinados.

Em suma, considera-se que foi um ano de avanços significativos para a consolidação da Auditoria Interna como ferramenta de assessoramento à Alta Administração.

### **2.2 – Ações de Auditoria**

No exercício de 2014 não houve nenhum processo de Auditoria Especial.

Em cumprimento ao PAINTE, foram realizadas as Ações de Auditoria, gerando constatações e recomendações.

Apresenta-se abaixo, de forma consolidada, as principais constatações/recomendações resultantes de cada trabalho e o status das providências adotadas para sanar as constatações apontadas.

### **2.2.1 Auditoria de Avaliação do Programa de RVA dos Dirigentes**

**Atividade realizada:** Foram examinados: as regras do Programa de RVA aprovado; as avaliações da Diretoria Executiva, realizadas pelo Conselho de Administração; os pagamentos efetuados (sistema corporativo); as planilhas de controle; e as Demonstrações Financeiras ratificadas pela Auditoria Independente, a luz das metas estabelecidas no Programa RVA aprovado.

**Execução:** 01/MAR a 24/MAR/2014.

**Recursos Humanos:** Equipe orgânica de Auditoria Interna

**Resultado:**

a) Foram examinados os pagamentos efetuados em 2013 e constatado que eles foram efetuados de forma regular e de acordo com o estabelecido no Programa de RVA aprovado para o período 2012/2013;

b) Foram avaliadas se as metas estabelecidas no Programa para o período 2013/2014, foram atingidas e recomendado que os pagamentos a serem efetuados em 2014, a título de RVA, fossem realizados em função do resultado.

Também foi recomendado a substituição de um indicador ( Remuneração da CDI) constante do programa 2013/2014, por se tratar de indicador que possui um forte componente exógeno no seu resultado.

Posteriormente, a EMGEPRON propôs um novo indicador para o Programa 2015/2016, sendo o mesmo aprovado pelo DEST-MP.

A Auditoria Interna vem monitorando o andamento dessa atividade.

### **2.2.2 Auditoria de Avaliação da Gestão de Tecnologia da Informação (TI).**

**Atividade realizada:** Foi avaliada a Gestão de TI da EMGEPRON, com ênfase em duas óticas distintas:

1ª Ótica

Foi realizada a avaliação comparativa do estágio de Governança que a Gestão de TI se encontrava em 2014, em relação a situação apontada pelo TCU, em relatório específico, que avaliou a Gestão de TI - Ciclo-2012; e

#### 2ª Ótica

Foi realizada a Avaliação Operacional das práticas do setor de TI para as áreas ligadas a sustentabilidade, controle de transações, criptografia, *e-commerce*, controles gerais, segurança lógica e física, *backup*, *internet* e *web*, acervo e capacitação.

**Execução:** 30/ABR a 20/MAI/2014

**Recursos Humanos:** Equipe orgânica da Auditoria Interna.

**Resultado:** Foram feitas recomendações para que:

- O PDTI fosse desenvolvido de forma harmônica com o PE da empresa;
- Na próxima revisão do Planejamento Estratégico, seja avaliada a necessidade de se incluir novos objetivos estratégicos, atinentes a área de TI;
- Em relação a dependência da empresa desenvolvedora e proprietária dos sistemas corporativos da EMGEPRON, foi recomendado que esse mesmo Comitê, reveja com especial atenção, as medidas de contenção e resposta aos riscos estratégicos da área de TI, devido a sua alta importância;
- Nas próximas celebrações de contratos estratégicos de TI, seja verificada, conjuntamente, pelos Departamentos Jurídico e de TI, a possibilidade de inserir ou criar dispositivo legal que obrigue o fornecedor a dar suporte e manutenção por um período adicional ao da execução do contrato, ainda na sua vigência, no caso de manifestada intenção de não renovação contratual;
- O Comitê de TI se reúna regularmente e que estabeleça um calendário de atividades com metas, para desenvolver os seus trabalhos de forma mais eficaz, não ficando essa atividade, sob responsabilidade, apenas, do Departamento de TI.
- Esse mesmo Comitê avalie o PDTI em confecção e participe ativamente da sua confecção, apresentando uma visão mais representativa dos diversos setores da empresa e contribuindo de forma pró-ativa para melhorias na Governança de TI.
- Que sejam revistas as trilhas de auditoria existentes e que sejam criadas novas trilhas para as transações mais importantes dos Financeiro, RH e PAMSE;
- Que o Departamento de RH melhore a eficiência das comunicações efetuadas ao Departamento de TI, para comunicar a exclusão/modificação de acessos de empregados, possibilitando, assim,

a desabilitação tempestiva e imediata dos empregados que não devam ter mais acesso aos sistemas;

- O Departamento de RH, efetue um levantamento de todos os empregados transferidos para a AMAZUL, em AGO2013, assim como os demitidos pela Empresa no último ano, verificando se há inconsistências e informe ao Departamento de TI para que sejam retirados os seus acessos aos Sistemas de Informação; e

- O Comitê de Segurança da Informação, na próxima revisão da Diretriz de Segurança da Informação, verifique a necessidade e a pertinência de inserir matéria versando sobre a normatização do uso e cuidados que devem ser observados pelo pessoal que utiliza e detém a guarda de *token*.

Ao final do relatório, a Auditoria Interna teceu o seguinte comentário:

*O Departamento de TI possui um bom controle dos seus processos e acompanha os seus contratos de forma eficiente. Relativo a situação apontada pelo TCU, na avaliação realizada (Ciclo 2012), ficou visível para a auditoria, que na avaliação do Ciclo 2014, que será realizada pelo TCU, certamente a empresa terá um incremento positivo no nível de maturidade da Gestão de TI. Essa intuição se baseia nas atividades já implementadas e nas ora em implementação, para a melhoria da Governança de TI.*

Essa afirmativa foi posteriormente corroborada, com o recebimento do Relatório do TCU contendo o resultado da avaliação do Ciclo 2014, onde foi diagnosticada uma evolução muito positiva na Gestão de TI, onde a EMGEPRON saltou do Nível **Inicial** (Ciclo 2012) para o Nível **Intermediário** (Ciclo 2014), obtendo os seguintes resultados de evolução do **iGovTI**:

Ciclo 2012: Grupo Estatal – **23<sup>a</sup>** (de 27), Segmento EXE-Dest – **47<sup>a</sup>** (de 56), Geral **287<sup>a</sup>** (de 349).

Ciclo 2014: Grupo Estatal – **16<sup>a</sup>** (de 34), Segmento EXE-Dest – **29<sup>a</sup>** (de 63), Geral **79<sup>a</sup>** (de 372).

### **2.2.3 Auditoria de Avaliação das Compras Diretas**

**Atividade realizada:** Essa auditoria teve como objetivo verificar a legalidade, a legitimidade, a eficácia, a eficiência e a economicidade na obtenção de bens e serviços, onde a licitação é dispensada, buscando mitigar os riscos de:

- aquisições e contratações em valores superiores ao do mercado e em desconformidade com a

legislação;

- preços contratados incompatíveis com os do mercado; e
- prestação de serviços de baixa qualidade.

**Execução:** 03/JUL a 21/JUL/2014.

**Recursos Humanos:** Equipe orgânica da Auditoria Interna.

**Resultado:** Foram efetuadas recomendações para que:

- Fossem mantidas como excepcionalidades as aquisições e contratações onde o setor de origem previamente indique o fornecedor;
- A Divisão de Compras, nos casos onde a lei permite (compras dispensadas de licitação), oriente e cobre dos setores de origem, para que fique bem evidenciado no Projeto Básico, as razões que motivaram a escolha do fornecedor; e
- O Departamento de Obtenção, na sua proposta de medidas de contenção e de resposta aos riscos mapeados, inclua ações e/ou procedimentos de controle, com responsabilidades diversas para todos os envolvidos no processo;

A Divisão de Compras do Departamento de Obtenção, possui um bom controle dos seus processos. As rotinas e tratativas das compras e contratações estão muito bem definidas na NP-27-001, que trata do assunto.

A Auditoria Interna permanece acompanhando as providências adotadas pelo setor auditado.

#### **2.2.4 Auditoria na Sistemática de Concessão e Aquisição de Passagens Aéreas.**

**Atividade realizada:** Avaliar a sistemática de concessões e aquisições de passagens aéreas pela Divisão de Passagens do Departamento de Obtenção.

Essa auditoria teve como foco verificar a conformidade das concessões e da obtenção de passagens aéreas.

Como resultado dos trabalhos, buscou-se uma maior eficiência nas aquisições de passagens e uma consequente redução de custos desnecessários.

**Execução:** 25/JUL a 06/AGO/2014.

**Recursos Humanos:** Equipe de Auditoria Interna.

**Resultado:** Recomendações efetuadas:

- Para que os Departamentos de Obtenção, Jurídico e a própria Auditoria Interna acompanhem proativamente os trabalhos em desenvolvimento pela SLTI-MP, que recebeu a determinação de



“*avaliar a vantajosidade de contratar diretamente as Companhias Aéreas*”, por meio do Acórdão nº 1973/2013 do TCU, relativos a definição de um novo critério de seleção de operadoras de passagens, em processos licitatórios, em substituição às instruções contidas na IN nº 7/2012 SLTI-MP; e

- Para que a fiscalização do contrato da operadora de passagens adote medida complementar, além das que já adota, que possibilite uma comparação mais eficaz, entre os valores oferecidos e os preços de mercado.

A Seção de Passagens do Departamento de Obtenção possui um controle eficiente do processo de consulta a preços, reservas, controle do faturamento e dos pagamentos relativos às emissões de passagens. Esses procedimentos realizados vem trazendo benefícios e economicidade nas compras de passagens.

Ao final do relatório, recomendou-se que seja realizado um trabalho de orientação e conscientização dos empregados, requisitantes das passagens, para que se reduzam as solicitações de emissão de passagens em prazo inferior a dez dias, obtendo assim, maior economicidade na compra.

A Auditoria Interna observou que os setores envolvidos estão adotando as medidas necessárias ao atendimento das recomendações.

### **2.2.5 Auditoria no PAMSE**

**Atividade Realizada:** Essa auditoria teve como foco verificar a conformidade e o registro dos documentos de despesas; o processo de emissão de autorizações para exames e procedimentos médicos; os credenciamentos de profissionais e instituições de saúde; e a gestão dos recursos do plano.

Buscou-se, como resultado dos trabalhos:

- uma maior eficiência na gestão;
- a identificação de custos desnecessários;
- se as despesas realizadas estão em conformidade com a legislação e devidamente contabilizadas;
- se as contratações dos prestadores de serviços, ocorreram em harmonia com a legislação e com as boas práticas; e
- se houve a formalização necessária nas autorizações de exames e procedimentos de saúde.

**Execução:** 22/AGO a 30/SET/2014.

**Recursos Humanos:** Equipe orgânica da Auditoria Interna, acrescida de um auditor integrado.

**Resultado:** Foram efetuadas recomendações para que:

- A Administração do PAMSE, com auxílio do Departamento Financeiro, elabore o Demonstrativo de Resultado, em Regime de Competência, além do que já elabora (Regime de Caixa). Entende-se que a elaboração do citado demonstrativo propiciará à Administração do Plano, uma visão sistêmica mais efetiva da saúde financeira;
- A Gestão do PAMSE busque oficializar a sua delegação de competência, junto à Diretoria, para assinar contratos com prestadores, em nome do Plano. E que, no caso de ser mantido o atual status, a gestão do PAMSE com concurso da SECOM, oficialize essa delegação, por meio de portaria específica da Diretoria;
- A Gerência do Plano solicite orientação ao Departamento Jurídico e ao Departamento de Obtenção, visando aperfeiçoar a modelagem de credenciamento utilizada para os prestadores de serviços, construindo um rito mais eficiente; e
- Após as ações acima, seja elaborada Norma de Procedimento ou Instrução de Trabalho, etc, formalizando os procedimentos inerentes ao credenciamento de prestadores de serviços médico-hospitalares.

De modo geral, o PAMSE apresentou um controle eficiente dos seus processos.

Como aspecto positivo, ressaltou-se que o processo de auditoria das contas médicas é bem executado. A tempestividade das visitas e a presença fiscalizatória do médico auditor, nas internações e cirurgias, são fundamentais à fiscalização e ao acompanhamento dos procedimentos de saúde e, conseqüentemente das suas despesas.

A Auditoria Interna continua monitorando as constatações e recomendações efetuadas.

### **2.2.6 – Avaliação das Licitações e Contratos**

**Atividade realizada:** Avaliação das providências adotadas para atender as constatações apontadas na auditoria anterior; e examinar os Afastamentos de Licitação de maior materialidade financeira, realizados em 2014, até a data da auditoria.

**Execução:** 15/OUT a 21/NOV2014

**Recursos Humanos:** Equipe orgânica da Auditoria Interna.

**Resultado:** Os processos e contratos examinados estão, de um modo geral, bem instruídos e

adequadamente formalizados, controlados e arquivados.

Foram efetuadas recomendações quanto:

- a Formalização de Contrato;
- a uma declaração de exclusividade com data expirada;
- a formalização do TERP e TERD;
- ao atendimento de recomendação da Assessoria Jurídica em processo de inexigibilidade; e
- ao controle e a guarda de Garantias Financeiras relativas a contratos e licitações.

Recomendou-se que seja restringido o acesso ao cofre, a apenas quem tem a responsabilidade de guardá-las.

Observada uma “boa prática” na metodologia utilizada para realizar as apreciações jurídicas. Essa melhoria é resultante de modificações inseridas na forma e no conteúdo das apreciações, pois mitiga riscos e reduz a possibilidade de desavenças administrativas, e possivelmente judiciais.

A Auditoria Interna permanece monitorando as providências adotadas pelo setor.

### **2.2.7 Avaliação da Conferência da Folha de Pagamentos**

#### **Atividades realizadas:**

- Foram examinados os processos de verificação da folha de pagamento ocorridos em 2014 e avaliada a sistemática de verificação da folha.
- Foram realizadas entrevistas com os empregados responsáveis pela operação da folha e com relatores designados para verificar os pagamentos.
- Foram examinados os documentos atinentes às verificações e a sistemática.

**Execução:** 17NOV a 03/DEZ/2014.

**Recursos Humanos:** Equipe orgânica da Auditoria Interna e um auditor integrado.

**Resultado:** Foram efetuadas recomendações para que:

- Seja aperfeiçoada a eficácia e a tempestividade das verificações complementares, com base em rotinas normatizadas e estabelecidas;
- O atendimento das demandas dos relatores, seja tempestivo e objetivo, tendo em vista que isso é fundamental para a eficácia do processo de conferência e certificação;
- Sejam incluídos aspectos mais formais nos Termos de Responsabilidade;
- Seja alterada a quantidade e a seleção da amostragem das verificações; e

- A sistemática seja aperfeiçoada de forma que ocorra o trâmite dos resultados das verificações, pelos setores que devem ter conhecimento (EGPN-23, EGPN-20, EGPN-052), permitindo o consequente monitoramento das providências.

Auditoria efetuada ao final do exercício. O monitoramento será efetuada no próximo exercício.

### **2.2.8 Avaliar a Gestão Estratégica e os Riscos**

**Atividades realizadas** – Foram verificados aspectos inerentes à Gestão em geral, avaliando o Planejamento Estratégico em vigor, os indicadores e as metas estabelecidas, e os resultados auferidos nas avaliações, buscando a conformidade na Gestão.

Buscou-se, como resultado dos trabalhos:

- aferir a eficiência na gestão do planejamento estratégico;
- identificar objetivos estratégicos defasados ou desatualizados;
- identificar metas inadequadas;
- avaliar a metodologia de aferição dos indicadores e seus resultados; e
- avaliar a estratégia adotada para o atingimento pleno dos objetivos estratégicos.

**Execução:** 03/DEZ a 12/JAN/2015

**Recursos Humanos:** Equipe orgânica da Auditoria Interna.

**Resultado:** Efetuadas recomendações para que:

- O Grupo Gestor de Riscos amplie a sua esfera de atuação, avaliando as questões e contribuindo de uma forma mais eficaz para a Governança da Gestão de Riscos;
- A Assessoria Responsável pelo acompanhamento da Gestão de Riscos, monitore as ações adotadas pelos diversos setores da empresa, referente a efetivação de controles que mitigam riscos, avaliando a sua eficácia.
- O Grupo Gestor de Riscos, desenvolva os trabalhos mediante um calendário específico, delimitando uma moldura temporal; e de forma que os riscos evidenciados estejam harmônicos em linguagem, com os principais processos mapeados;
- No desenvolvimento dos trabalhos e na revisão da Matriz de Riscos Estratégicos, pelo Grupo Gestor de Riscos, no que tange à implantação dos controles, seja atribuída atenção especial aos processos que:
  - a) possuam elevada materialidade financeira;
  - b) que possam causar grandes danos a imagem da empresa, em caso de falhas;

- c) que possam interromper atividades importantes da empresa;
- d) que tenham relativa possibilidade de causar danos aos ativos físicos e ou perdas financeiras para as pessoas e para a empresa; e
- e) que tenham relativa possibilidade de envolver e responsabilizar os *Stakeholders* da empresa; etc.

O Plano Estratégico em vigor, está formalizado, aprovado e alinhado às necessidades da empresa e apresenta um nível de contribuição para a Gestão, considerado muito bom.

Já a Gestão de Riscos, encontra-se em maturação. A construção da Matriz de Riscos possibilitou que a administração conhecesse e organizasse os riscos inerentes às diversas atividades da empresa. Avalia-se que ela está bem encaminhada e em desenvolvimento. Já foram elencados os riscos e determinados os controles ideais para combatê-los, todavia, para que ela ganhe em efetividade é fundamental o engajamento do Grupo Gestor, orientando e monitorando as ações.

Ao longo do processo, verificou-se a preocupação da Administração e o envolvimento dos empregados em aperfeiçoar a Gestão como um todo, dotando a empresa com um Plano Estratégico moderno e contemporâneo e com uma política efetiva de Gestão de Riscos.

Trata-se de um trabalho em desenvolvimento, que vem sendo acompanhado pela Auditoria Interna.

### **2.2.9 Acompanhamento de ações e disseminação de orientações sobre Terceirizações consideradas irregulares pelo TCU – Acórdão nº 576/2012 e Ofício-Circular 585/2012 do DEST/MP.**

**Atividade realizada:** Acompanhar ações e disseminar as determinações do Acórdão nº 576/2012/TCU, reiteradas pelo Ofício Circular 585/2012DEST-MP, sobre terceirização de atividades cujas categorias são abrangidas pelos Plano de Cargos das Empresas Públicas.

**Execução:** DEZ/2014.

**Recursos Humanos:** Equipe orgânica da Auditoria Interna.

**Resultado:** Em DEZ/2014 foi realizado um novo acompanhamento das providências e ações de adequação às exigências do TCU, acerca da terceirização das atividades abrangidas nos respectivos Planos de Cargos.

**Status:** Foi cumprido integralmente o Plano de Substituição de Terceirizados Irregulares apresentado pela empresa em 2012. Sendo o resultado informado ao TCU, via DEST-MPOG.

### **2.2.10 Monitoramento das providências adotadas para sanear as constatações apontadas pela Auditoria Interna da EMGEPRON e pelo CCIMAR referentes ao Exercício 2013.**

**Atividade realizada:** Efetuado o Monitoramento das providências adotadas para atender as recomendações desses Órgãos de Controle Interno.

**Execução:** JAN a DEZ/2014

**Recursos Humanos:** Equipe orgânica de Auditoria Interna.

**Resultado:** Efetuado o acompanhamento das providências adotadas pelos setores auditados, acerca das constatações apontadas nos relatórios das auditorias. O monitoramento dessas ações é contínuo e dinâmico e vem trazendo resultados satisfatórios.

### **2.2.11 Avaliação preliminar de Processo de Afastamento Licitatório**

**Atividade realizada:** Por solicitação da Administração, foi realizado o exame preliminar dos autos componentes de processo de afastamento de licitação específico, a luz das justificativas apresentadas e em consonância com a legislação pertinente e das jurisprudências firmadas, avaliando o processo quanto a pertinência, legalidade e legitimidade.

**Execução:** JUL/2014.

**Recursos Humanos:** Equipe orgânica de Auditoria Interna.

**Resultado:** Emitido Parecer acerca da proporcionalidade entre a exequibilidade do preço apresentado e a satisfação do interesse público, concluindo que o referido processo é vantajoso para a empresa. Não foi observado vício que impedisse o prosseguimento do processo.

### **2.2.12 Elaboração do RAINT 2013 e do PAINTE 2015**

#### **Atividades realizadas:**

Para a confecção do RAINTE 2013, foram consolidadas as informações referentes ao exercício de 2013, sendo o mesmo, apresentado ao Conselho de Administração, em Reunião Plenária ocorrida em JUN/2014.

O PAINTE 2015 foi elaborado com base na análise individualizada de Áreas e Macroprocessos, tendo como base, uma avaliação matricial de riscos. Após a sua elaboração, ele foi submetido a Diretoria Executiva e ao Centro de Controle Interno da Marinha (CCIMAR). Posteriormente o Plano, foi aprovado pelo Conselho de Administração, na última Reunião Plenária, ocorrida em

NOV/2014.

### **3 – IMPLEMENTAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES**

#### **3.1 Determinações e Recomendações do Controle Externo**

##### **3.1.1 Acórdão 10543/2011 (Processo TCU-030.070/2010-4)**

Descrição da Deliberação:

*Recomenda-se as seguintes ações abaixo, relativas ao Planejamento Estratégico:*

*1.6.1. alinhe os indicadores adotados com as metas e os objetivos estratégicos organizacionais, de maneira que reflitam adequação ao contexto organizacional e administrativo da empresa;*

*1.6.2. insira os indicadores de desempenho no Planejamento Estratégico;*

*1.6.3. formalize o Planejamento Estratégico elaborado pela Unidade Jurisdicionada;*

*1.6.4. detalhe os dados informativos e analíticos por ocasião da realização de mapeamentos de riscos de gestão, de maneira que sejam aprofundadas as análises sobre as deficiências identificadas, sobretudo no que diz respeito a avaliação do controle;*

*1.6.5. detalhe as medidas adotadas pela Emgepron com vistas a mitigar os riscos apontados no Quadro Analítico de Gerenciamento de Risco quanto as seguintes deficiências:*

*1.6.5.1. mercado de defesa sempre competitivo e em constante evolução tecnológica;*

*1.6.5.2. eficiência no serviço de acompanhamento pós-venda, monitorando eventuais necessidades.*

Providências observadas para atender as recomendações:

Em 2012, foram estabelecidos novos indicadores, metas e objetivos estratégicos, através da aprovação e implementação de um novo Planejamento Estratégico (PE) (2011-2015) atendendo aos itens recomendados no referido Acórdão. Esse PE foi revisto em DEZ/2012, com a participação e a contribuição de todos os setores da Empresa, sendo posteriormente aprovado pela Diretoria.

Em DEZ/2013, o PE foi novamente revisto e atualizado, em evento que reuniu os *head* de cada área, ocasião em que foram revistos os objetivos estratégicos e seus indicadores.

Em 2014, o Planejamento Estratégico foi novamente revisado, em reuniões ocorridas em OUT/2014, sendo o mesmo, aperfeiçoado segundo a ótica *Bussines Model Generation (BMG)*, de CANVAS. Essa revisão resultou em um plano, aperfeiçoado e atualizado, válido para o período de 2015-2020, que posteriormente foi validado e aprovado pela Diretoria.

A Auditoria Interna entende que esses indicadores, alinhados aos objetivos estratégicos devidamente atualizados, proporcionarão a melhoria contínua dos serviços prestados pela EMGEPRON, de forma a manter e aumentar a boa imagem que a empresa goza, junto aos seus clientes.

No tratamento de Riscos, foi criado um setor específico, que vem planejando e coordenando as ações necessárias ao aperfeiçoamento da Gestão de Riscos na EMGEPRON.

Essas ações, permitiram que os setores internos identificassem os riscos estratégicos atinentes aos seus processos, estabelecendo a probabilidade da ocorrência do evento de risco e o seu impacto.

Essas ações resultaram ainda, na confecção de uma Matriz de Riscos, que evidencia os riscos estratégicos da empresa e discrimina os controles ideais para combatê-los.

Considera-se que o trabalho desenvolvido atende ao recomendado no acórdão.

### **3.1.2 Acórdão TCU-017-008/2009-8 (Processo 1684/2010)**

Descrição da deliberação:

*Que informe sobre as providências em andamento quanto ao valor do débito da empresa Transnave Estaleiros e Reparos e Construção Naval S/A.*

Providências Adotadas:

O débito da empresa Transnave é oriundo de resíduos financeiros decorrentes de contratos de prestação de serviços estabelecidos com a EMGEPRON, no exercício de 2004. Após diversas cobranças por parte da EMGEPRON, foi constatado que o referido estaleiro estava em situação concordatária, junto ao Poder Público do Rio de Janeiro, processada através dos autos de nº 2005.001.043193-5, em trâmite na 5ª Vara Empresarial da Comarca da Capital. Diante disso, a EMGEPRON ingressou com o devido procedimento judicial, chamado de habilitação de crédito, a fim de que o mesmo fosse incluído na listagem de credores para conhecimento do juízo. Em seguida, após percorrer a tramitação legal, onde vários credores também pediram sua habilitação, a EMGEPRON obteve, no final do exercício de 2006, sentença favorável à inclusão de seu crédito pelo valor de R\$ 31.958,69. Após isso, a EMGEPRON teve que aguardar o desfecho das demais habilitações e impugnações oferecidas pelos demais credores, cujo desfecho ainda não foi concluído pelo juízo. Havia uma expectativa de recebimento desse crédito, porém, a mesma deveria aguardar a ordem legal de pagamentos, cuja primazia é dada aos créditos de natureza



trabalhista, previdenciária e governamental. Após isso, é que ingressam na fila, os credores quirografários, no caso EMGEPRON e tantos outros.

O procedimento judicial foi julgado parcialmente procedente e sendo determinado que seja retificada a lista nominativa da concordatária, passando a constar o valor de R\$ 31.958,69, monetariamente atualizado de acordo com o despacho que deferiu o processamento da concordata.

Em 28NOV2014, o referido processo foi encerrado, com o conseqüente pagamento realizado em benefício da EMGEPRON, totalizando a quantia de R\$ 38.993,30 (R\$ 31.958,69 de principal mais R\$7.034,61 de correção).

Considera-se que o acórdão foi atendido.

### **3.1.3 Processo TC 018.270/2013-1/SECEX-RJ/TCU**

Trata de Auditoria Operacional realizada nas Auditorias Internas (AI) e nos Controles Internos de 23 instituições que compõe a clientela da SECEX-RJ-TCU (localizadas no Rio de Janeiro).

Descrição da deliberação:

*Recomendar à Unidade de AI da EMGEPRON que:*

*9.23.1 – promova a qualificação de pessoal nas áreas de fiscalização de obras, fiscalização de TI e Análise e Construção de Indicadores;*

*9.23.2 – fomente a prática de realizar entrevista de abertura de auditoria, para apresentar os objetivos a serem alcançados pela fiscalização, e entrevista de fechamento de auditoria, com o propósito de informar os achados de auditoria identificados.*

*9.44 - dar ciência a EMGEPRON e várias outras instituições (8), que a submissão dos atos de nomeação, designação, exoneração ou dispensa dos dirigentes das suas Unidades de Auditoria Interna, devem estar de acordo com o parágrafo 5 do Art 15 do Decreto 3.591/2000.*

*9.46 – Determinar que a EMGEPRON e várias outras instituições (21), apresentem ao TCU, no prazo de 180 dias, a contar da publicação deste acórdão, plano de ação para implementação das recomendações acima efetuadas.*

Esse Processo, foi levado a plenário em 02/04/2013, resultando no Acórdão nº 821/2014.

Fruto dessa auditoria, foram adotadas as seguintes providências:

- Em 2014 foram qualificados auditores nas áreas de fiscalização de Obras e de Auditoria em Tecnologia da Informação. Em 2015 pretende-se capacitar auditor na área de análise e construção de indicadores. ( item 9.23.1);

- A prática de entrevista de abertura e fechamento já era realizada. Todavia, a mesma não ficava documentada nos Relatórios de Auditoria. Em função dessa determinação, a AI passou a incluir nos Relatórios das Auditorias a oficialização das entrevistas de abertura e fechamento das auditorias (item 9.23.2);

- A nomeação do atual titular da UAI foi proposta pela Diretoria, com o aval do Diretor-Presidente, ao Conselho de Administração (CADM), que aprovou a indicação. Todavia, essa atribuição do CADM, prevista, no parágrafo 5º do Art. 15º do Decreto 3.591/2000, não estava regulamentada no âmbito da EMGEPRON. Nesse sentido, para cumprir essa recomendação, foi proposta pela Auditoria Interna e aprovada pelo Conselho de Administração a inclusão de capítulo específico (XVº) na redação do Estatuto da EMGEPRON, regulamentando os atos de nomeação, designação, exoneração ou dispensa do Auditor Interno. Também, foi inserido texto sobre esse mesmo assunto, no Regulamento da Auditoria Interna, aprovado por Resolução da Diretoria (9.44);

- Foi apresentado ao TCU, por meio do Ofício nº 418, de 11 de Setembro de 2014 da EMGEPRON, um Plano de Ação para implementação das ações recomendadas (9.46), cumprindo as orientações do TCU.

### **3.1.4 – Levantamento da Governança de TI – Evolução positiva**

O TCU, rotineiramente, vem efetuando levantamentos de avaliação da Governança de TI de toda a Administração Pública Federal. Esses levantamentos, são realizados em ciclos específicos. Até o momento foram efetuados os levantamentos dos Ciclos 2010, 2012 e 2014.

No Levantamento de Governança de TI – ciclo 2014, 372 organizações foram avaliadas e classificadas nos seguintes segmentos da Administração Pública Federal:

- 1) EXE-Dest, abrangendo as empresas públicas federais e as sociedades de economia mista;
- 2) EXE-Sisp, abrangendo as organizações que fazem parte do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (Sisp);
- 3) JUD, abrangendo as organizações que integram o Poder Judiciário;
- 4) LEG, abrangendo as organizações que compõe o Poder Legislativo;
- 5) MPU, abrangendo as organizações que constituem o Ministério Público da União (MPU); e
- 6) Terceiro Setor, abrangendo as organizações que não se enquadram em nenhum dos segmentos anteriores.

Essa avaliação é realizada por meio de parâmetros que conduzem a elaboração de um indicador específico de Governança de TI, o **iGovTI**.

#### **Ciclo 2014**

A EMGEPRON foi diagnosticada como tendo uma evolução muito positiva na Gestão de TI, onde a empresa saltou do Nível **Inicial**, diagnosticado no Ciclo 2012, para o Nível **Intermediário** (Ciclo 2014), obtendo os seguintes resultados, por segmento, de evolução do **iGovTI**:

Ciclo 2012: Grupo Estatal – **23<sup>a</sup>** (de 27), Segmento EXE-Dest – **47<sup>a</sup>** (de 56), Geral **287<sup>a</sup>** (de 349).

Ciclo 2014: Grupo Estatal – **16<sup>a</sup>** (de 34), Segmento EXE-Dest – **29<sup>a</sup>** (de 63), Geral **79<sup>a</sup>** (de 372).

#### **3.1.5 – Levantamento da Governança de Pessoal**

Em MAI/2013 foi encaminhado pelo TCU às organizações públicas federais, para preenchimento, um Questionário para Avaliação de Governança de Pessoal, com o objetivo de obter informações que possibilitassem traçar um perfil sobre a prática de governança de Pessoal. O resultado obtido permitiu que essa avaliação fosse realizada sobre sete quesitos (Liderança da Alta Administração, Alinhamento Estratégico, Gestão de Talentos, etc).

As informações coletadas nesses questionários foram agregadas e consolidadas, permitindo que aquele tribunal pudesse tabular e diagnosticar a governança praticada pela Administração Pública Federal. Em JAN/2014, foi concluído o levantamento e encaminhado a todas as organizações. A EMGEPRON foi avaliada como estando em nível “inicial”.

Até o presente momento não houve avaliação posterior.

A Auditoria Interna vem acompanhando as ações decorrentes das avaliações realizadas.

#### **3.1.6 – Avaliação da maturidade da Gestão de Riscos**

Em NOV/2012, foi encaminhado pelo TCU às organizações públicas federais, para preenchimento, um Questionário para Avaliação da Maturidade Organizacional em Gestão de Riscos. As informações coletadas nesses questionários foram agregadas e consolidadas, permitindo que aquele tribunal pudesse estabelecer o “perfil” de risco dessas organizações.

Em DEZ/2013, o levantamento foi concluído sendo consolidado em relatório. A EMGEPRON, a

época, foi avaliada como estando em nível “básico” de maturidade.

A Auditoria Interna possui o entendimento que na época dessa avaliação, a Gestão de Riscos ainda era incipiente, pois estava sendo constituído um núcleo dedicado ao assunto e um Comitê específico para desenvolvimento do tema.

Ao final de 2014, a Gestão de Riscos, encontra-se em um estágio mais avançado, pois foram desenvolvidos trabalhos que resultaram na construção de uma Matriz de Riscos, delineando os riscos institucionais atinentes aos processos executados na gestão da empresa.

Avalia-se que essa gestão desenvolveu-se significativamente, pois, a empresa já possui seus riscos elencados e os controles ideais para combatê-los. Todavia, para que ela ganhe em efetividade é fundamental o engajamento do Grupo Gestor, orientando e monitorando as ações.

Verificou-se a preocupação da Administração e o envolvimento dos empregados em aperfeiçoar a Gestão, como um todo, e dotar a empresa uma política efetiva de Gestão de Riscos.

A Auditoria Interna vem acompanhando os trabalhos.

### **3.1.7 – Avaliação da Governança das Aquisições da Administração Pública Federal**

Em AGO/2014, foi encaminhado pelo TCU às organizações públicas federais, para preenchimento, um Questionário para Avaliação da Gestão de Aquisições. Segundo o TCU, o referido trabalho tem caráter preventivo e orientativo.

As informações coletadas nesses questionários estão sendo consolidadas e avaliadas pelo TCU. Ainda não foi emitida o relatório, apresentando diagnóstico, até a presente data.

### **3.1.8 – Plano Brasil Maior**

Em atendimento ao Acórdão nº 2859/2013/TCU, e ao disposto no Ofício Circular nº 1/2014/MP/SE/DEST, foram identificados, revisados e renegociados quatro contratos, enquadrados no benefício concedido pelo Plano Brasil Maior.

Esses contratos possuíam o valor original de R\$ 774.808,41 (setecentos e setenta e quatro mil, oitocentos e oito reais e quarenta e um centavos), e após a repactuação, passaram ao valor de R\$ 760.415,00 (setecentos e sessenta mil, quatrocentos e quinze reais), com a conseqüente economia obtida de R\$ 14.393,41 (quatorze mil, trezentos e noventa e três reais e quarenta e um centavos). Essas informações foram prestadas ao TCU e ao DEST-MP por meio dos ofícios 139 e 142/2014, respectivamente.

### **3.2 Recomendações dos Órgãos de Controle Interno**

Não existem recomendações da Controladoria Geral da União (CGU).

Não foram efetuadas recomendações pelo Centro de Controle Interno da Marinha (CCIMAR), em 2014.

Em relação a auditoria realizada, na área de pessoas (RH) e no Pagamento de Pessoal, pelo CCIMAR em 2013, constatou-se que setores auditados, adotaram providências, no sentido de atender as recomendações efetuadas na Auditoria.

A Auditoria Interna vem monitorando as providências.

### **3.3 Decisões e recomendações dos Conselhos de Administração e Fiscal**

Em 2014, foi realizada Auditoria nas despesas do PAMSE por recomendação do Conselho de Administração. Essa ação foi realizada e o seu resultado encontra-se consolidado no item 2.2.5 deste relatório.

### **3.4 Auditoria Independente**

Foi realizada Auditoria, nos meses de DEZ/2014 a JAN/2015, pela empresa Staff Auditoria e Consultoria, selecionada por meio de Pregão Eletrônico, objetivando verificar a fidedignidade das demonstrações financeiras relativas ao final do Exercício de 2014.

Nesse contexto, foram avaliados os procedimentos contábeis, verificados os registros contábeis e examinada a documentação comprobatória, com base em testes seletivos e na extensão. Nesses exames foram avaliados: os Controles Contábeis Internos, Bancos, Aplicações Financeiras, Clientes, Estoques, Imobilizado, Estimativa anual, Pronunciamento CPC 27 – Ativo Imobilizado, Depreciações, Deemed cost (avaliação do ativo pelo justo valor) e Provisões Contingenciais.

Esses auditores efetuaram recomendações para que: sejam fortalecidos os controles de estoques em poder de terceiros; sejam regularizadas pendências antigas junto a conta no Banco do Brasil; seja efetuada a avaliação de ativo com a finalidade de *Deemed cost*; e que seja seguida a Norma CPC 25 em relação a divulgação das provisões contingenciais.

Ao final dos exames, os auditores concluíram que as Demonstrações Contábeis estão satisfatórias e devidamente subsidiadas em documentos, procedimentos e registros.

A Auditoria Interna vem monitorando as providências adotadas, decorrentes da citada auditoria.

### **3.5 Demandas recebidas**

No ano de 2013 não houve demandas ou denúncias diretas onde fosse necessária a atuação da Auditoria Interna.

## **4 – RELATO GERENCIAL SOBRE A GESTÃO DE ÁREAS ESSENCIAIS DA UNIDADE, COM BASE NOS TRABALHOS REALIZADOS**

Todas as informações de que trata o artigo 7º da Instrução Normativa nº. 01, de 03 de janeiro de 2007, estão detalhadas no Relatório de Gestão da Unidade Jurisdicionada (UJ)/2014. O referido relatório poderá ser acessado diretamente no site do TCU.

## **5 - FATOS RELEVANTES DE NATUREZA ADMINISTRATIVA OU ORGANIZACIONAL**

### **5.1 Gestão Estratégica**

Em decorrência do trabalho iniciado em 2012, transcorreram *workshops* específicos em 2013 e 2014, onde o PE foi reavaliado, modernizado e reestruturado para a atual versão, que abrange o período 2014/2020 e apresenta em seu conteúdo, aspectos que evidenciam o esforço realizado pela empresa, no estabelecimento de objetivos estratégicos a serem perseguidos.

De forma positiva, foi observado que o PE é reavaliado sistematicamente e ajustado às necessidades estratégicas da EMGEPRON.

Quanto ao monitoramento dos resultados obtidos na avaliação dos indicadores, verificou-se que o setor responsável pelo acompanhamento e pela consolidação das informações inerentes aos indicadores, a cada aferição (trimestral, semestral ou anual), elabora uma avaliação, por meio de relatório, que consolida as principais informações acerca dos resultados obtidos com as aferições.

Essa avaliação tem o propósito de informar à alta administração, os resultados obtidos nos indicadores e as causas que impactaram, positiva ou negativamente, no atingimento das metas, dentro de uma determinada moldura temporal.

Esses relatórios permitem que a Diretoria e as demais chefias acompanhem os resultados das aferições e possam, caso necessário, adotar os procedimentos cabíveis para correção de rotas.

Considera-se que a empresa possui um PE bem elaborado e em harmonia com os seus objetivos.

## **5.2 Riscos**

A Gestão de Riscos, encontra-se em desenvolvimento e em maturação, todavia, bem encaminhada.

No que se refere a implantação da Gestão de Riscos, as medidas desencadeadas, relativas à implementação de uma metodologia de gerenciamento, foram extremamente benéficas, pois permitiram que os setores conhecessem, de forma mais visível, os diversos riscos ocultos ou parcialmente ocultos, nos diversos processos que permeiam as operações da empresa.

A sistematização de um modelo, por meio de uma Matriz, permitiu que os administradores de cada área, pudessem:

- estimar a probabilidade e o impacto dos riscos associados aos processos sob a sua responsabilidade;
  - classificar os controles internos que mitigam esses riscos, quanto a sua implantação; e
  - definir, ainda que genericamente, ações para a implantação de controles ainda não implantados.
- Já em relação a efetividade, o estabelecimento de Grupo Gestor de Riscos, que tem como tarefa orientar e monitorar as ações dos setores responsáveis, contribuirá para que riscos sejam mitigados com a implantação e a efetivação de controles internos específicos.

A Auditoria Interna vem acompanhando o desenvolvimento do assunto.

## **5.3 Política de Compliance**

Foi produzido, sob a coordenação da Auditoria Interna, um Manual de Compliance, com o propósito de formalizar e disseminar regras sobre assuntos considerados sensíveis, padronizando e orientando procedimentos e práticas corporativas que contribuam para:

- minimizar a exposição de riscos à imagem da empresa e dos empregados;
- aperfeiçoar o relacionamento entre clientes e fornecedores; e
- definir regras claras, condizentes com a responsabilidade social corporativa da EMGEPRON.

## **6 – AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E DE CAPACITAÇÃO**

Desde a sua ativação, ocorrida em MAR/12, a Auditoria Interna tem encontrado um ambiente favorável, para desenvolver os seus trabalhos. A Administração, em todos os níveis

administrativos, tem contribuído, para que a Auditoria Interna se torne um modelo de eficiência em todas as áreas auditáveis.

Em vista disso, a Auditoria Interna, pretende estar plenamente desenvolvida para poder acompanhar e auxiliar para que sejam aperfeiçoados mecanismos de controle que visem à mitigação dos diversos riscos envolvidos, nos complexos processos operacionais na empresa.

O processo de capacitação do setor é contínuo e criteriosamente planejado. A capacitação é fundamental para que o setor, no exercício das suas atividades, realize os exames de auditoria com conhecimento, propriedade e responsabilidade.

Em 2014, os integrantes da Auditoria Interna da EMGEPRON, foram capacitados nas áreas: Auditoria na Gestão de TI - 24 horas, Audi II – 24 horas, Auditoria em Obras e Serviços de Engenharia e Simpósio de Controle Interno do Ministério da Defesa.

Essa capacitação contribuiu para a execução das atividades programadas no PAINT.

Rio de Janeiro, em 05 de maio de 2015.

**NEY FURTADO DE FARIA**

Auditor Interno

ASSINADO DIGITALMENTE